



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a processo administrativo. Pregão. Solicitação não pertence ao órgão. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 153/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, de número SIC em epígrafe, para acesso a processo administrativo de pregão de medicamentos, bem como para informações acerca da entrega e do pagamento dos produtos.
2. Em resposta, o ente prestou informações sobre o processo requerido, negando seguimento ao recurso interposto. Inconformado, o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em contato com a Pasta, esta Ouvidoria Geral entrou em contato para viabilizar a complementação das informações requeridas. Em resposta, a Secretaria informou que o pedido deveria ser dirigido à Faculdade de Medicina de Marília, ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SDECT (fl. 16). Cientificado (fl. 17), o solicitante aceitou o esclarecimento acerca do direcionamento do pedido de acesso à informação (fl. 18).
4. Ressalte-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não ser o responsável pelo serviço e indicou a SDECT como destinatário correto na busca pela informação.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Ante o exposto, sendo incompetente o ente público recorrido para fornecer o acesso às informações requeridas, e tendo indicado o órgão correto para a formulação do pedido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de julho de 2017.

MARIA INÊS FORNAZARO
OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA

MKL